

# O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



**Américo Junior Nunes da Silva**  
(Organizador)

**NO FOMENTO DA  
QUESTÃO POLÍTICA  
DA ATUALIDADE 3**

# O CAMPO TEÓRICO- METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO

**Atena**  
Editora  
Ano 2021



**Américo Junior Nunes da Silva**  
(Organizador)

**NO FOMENTO DA  
QUESTÃO POLÍTICA  
DA ATUALIDADE 3**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis



Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



## O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade 3

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremona  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Américo Junior Nunes da Silva

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C198 O campo teórico-metodológico-epistemológico da educação no fomento da questão política da atualidade 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-930-1

DOI 10.22533/at.ed.301212503

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

Temos vivenciado, ao longo dos últimos anos, inúmeros ataques a Educação brasileira; investidas que têm ocasionado retrocessos. O contexto pandêmico alimentou essa crise que já existia, escancarando o quanto a Educação no Brasil acaba sendo uma reprodutora de desigualdades. As interferências externas e investidas do mercado tentam, a todo custo, subordinar a Educação e atividade docente a uma lógica neoliberal de produção (TARDIF; LESSARD, 2005). Nesse sentido, precisamos nos mobilizar e a **indignação** e **esperança** configuram-se como duas categorias importantes nesse processo.

Diante desse cenário, como dissemos, de muitos retrocessos, negacionismo e investidas neoliberais, não podemos nos furtar do debate político e social, tão importante nesse momento que vivemos destrato a Educação, sucateamento do trabalho docente e exclusão de estudantes, por exemplo. Como nos alertou Freire (2004, p. 28), para além de ensinar com rigorosidade metódica a sua disciplina, “o educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão”. Precisamos considerar esses elementos sociais e políticos necessários no movimento de formar cidadãos indignados e esperançosos que desconstruam os discursos fatalistas.

É nessa direção que o volume de “**O Campo Teórico-metodológico-epistemológico da Educação no Fomento da Questão Política da Atualidade**”, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e do (re)pensar o campo educacional, assim como também da prática, da atuação política e do papel social do docente. Este livro reúne um conjunto de textos de autores de diferentes estados e regiões e que tem na Educação sua temática central, perpassando por questões de gestão escolar, inclusão, democracia, humanização, gênero, tecnologias, sexualidade, ensino e aprendizagem, formação de professores, profissionalismo e profissionalidade, ludicidade, educação para a cidadania, avaliação entre outros. O fazer educacional, que reverbera nas escritas dos capítulos que compõe essa obra, constitui-se enquanto um ato social e político.

Os autores que constroem esse volume são estudantes, professores pesquisadores, especialistas, mestres ou doutores e que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores e discussões por eles empreendidas, mobilizam-se também os leitores e os incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e no se reconhecerem enquanto sujeitos políticos. Nessa direção, portanto, desejamos a todos uma produtiva, indignante e esperançosa leitura!

## **REFERÊNCIAS**

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### EDUCAÇÃO E POLÍTICA: DELINEAMENTOS TEÓRICO-IDEOLÓGICOS

Elis Regina dos Santos Viegas

Cristina Fátima Pires Ávila Santana

**DOI 10.22533/at.ed.3012125031**

### **CAPÍTULO 2..... 10**

#### A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: UMA POLÍTICA DE INCLUSÃO

Taissa Vieira Lozano Burci

Ana Paula de Souza Santos

Dayane Horwat Imbriani de Oliveira

Patrícia L. L. Mertzig Gonçalves de Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.3012125032**

### **CAPÍTULO 3..... 15**

#### A QUESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO E DO ALFABETISMO NO BRASIL ATUAL: CONCEITO, AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Jaklane Nunes Rabelo

**DOI 10.22533/at.ed.3012125033**

### **CAPÍTULO 4..... 28**

#### NARRATIVA E (AUTO)FORMAÇÃO DE EDUCADORES: EXPERIÊNCIAS LUSO-BRASILEIRAS

Lidnei Ventura

Betina da Silva Lopes

**DOI 10.22533/at.ed.3012125034**

### **CAPÍTULO 5..... 41**

#### ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: A IMPORTÂNCIA ENTRE A RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA PEDAGÓGICA ANTES E DURANTE A PANDEMIA DA COVID 19

Maria Tereza Fabbro

Silvana Rodrigues

Luís Presley Serejo dos Santos

**DOI 10.22533/at.ed.3012125035**

### **CAPÍTULO 6..... 51**

#### A COMPREENSÃO SOBRE “SABERES” E SUA PERTINÊNCIA ENQUANTO DESCRITORES DE APRENDIZAGEM PARA O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Adauto Leite Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.3012125036**

### **CAPÍTULO 7..... 64**

#### CONJUNTURAS E CONTEXTOS COMO PRODUTORES DE CURRÍCULO NO ENSINO SUPERIOR

Rosimar Serena Siqueira Esquinsani

Sidinei Cruz Sobrinho

**DOI 10.22533/at.ed.3012125037**

**CAPÍTULO 8..... 71**

**HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO: PROTAGONISMO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Isadora Oliveira Gondim

**DOI 10.22533/at.ed.3012125038**

**CAPÍTULO 9..... 80**

**UMA REVISÃO SISTEMÁTICA EM PERIÓDICOS BRASILEIROS SOBRE O MENOR INFRATOR**

Ana Beatriz Falsarella de Souza

Priscilla Perla Tartarotti Von Zuben Campos

**DOI 10.22533/at.ed.3012125039**

**CAPÍTULO 10..... 90**

**ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: A REFORMULAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SEU IMPACTO NOS DOCENTES EM ATUAÇÃO NA REDE PRIVADA DO RECIFE**

Gabriela Lins Falcão

Winny Neto do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.30121250310**

**CAPÍTULO 11..... 102**

**ABORDAGEM DAS CIÊNCIAS DA NATUREZA EM WEBINÁRIOS DE ORIENTAÇÃO E ENFRENTAMENTO A PANDEMIA POR COVID-19**

Milton de Sousa Falcão

Glaziane Soares Alvarenga

Francisca das Chagas Oliveira

Emmanuel Sousa Elizeu Osório

**DOI 10.22533/at.ed.30121250311**

**CAPÍTULO 12..... 111**

**ENSINO DE BIOLOGIA PARA SURDOS: ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NUMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO ESCOLAR**

Glauber Carvalho da Silva

Anna Isabel Nassar Bautista

Lucimar Bizio

**DOI 10.22533/at.ed.30121250312**

**CAPÍTULO 13..... 121**

**FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS: O ENCONTRO ENTRE TEORIA E PRÁTICA NOS FAZERES DISCENTES EM UM PROJETO EXTENSIONISTA**

Lilian Rosária Gonçalves de Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.30121250313**

<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>130</b>
EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E SUAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
Núbia Macedo Sbarzi Guedes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250314</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>134</b>
O ENSINO RELIGIOSO E SUA RELAÇÃO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A DIVERVIDADE RELIGIOSA	
Ângela Ninfa Mendes de Andrade Cabral	
José Bartolomeu dos Santos Júnior	
Lusival Antonio Barcellos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250315</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>150</b>
O ENSINO REMOTO DE SUPORTE EMERGENCIAL À VIDA: DIFICULDADES E FACILIDADES ENCONTRADAS POR PROFESSORES E ALUNOS DAS ETECS	
Ana Cecília Cardoso Firmo	
Bruno Leandro Cortez de Souza	
Joyce Maria da Sylva Tavares Bartelega	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250316</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>160</b>
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ESTARIAM OS PROFESSORES PARTICIPANDO DA SUA ELABORAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO?	
Adriana Correia da Luz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250317</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>171</b>
ADOLESCÊNCIA, DIVERSIDADE E INCLUSÃO: PELA TRANSVERSALIDADE EDUCACIONAL NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO	
Luzia Cristina Nogueira de Araújo	
Katia Cristian Puente Muniz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250318</b>	
<b>CAPÍTULO 19.....</b>	<b>178</b>
O JOGO PODE SE TRANSFORMAR EM DANÇA: UMA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA INCLUSIVA NA ESCOLA PÚBLICA	
Andreia Silva de Melo	
Marcílio de Souza Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250319</b>	
<b>CAPÍTULO 20.....</b>	<b>190</b>
MÉTODO FONOVISUOARTICULATÓRIO COMO UMA ABORDAGEM PARA ALFABETIZAR A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO – NÃO VERBAL	
Mara Gitti	
Talita Gitti	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250320</b>	



<b>CAPÍTULO 21.....</b>	<b>196</b>
KAHOOT E PEER INTRUCTION EM ESCOLA PÚBLICA DURANTE A QUARENTENA	
Fabio Marques de Oliveira Neto	
Waleska Barroso dos Santos Kramer Marques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250321</b>	
<b>CAPÍTULO 22.....</b>	<b>204</b>
PROJETO ESPORTE CIDADÃO DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA-SP: EXPERIÊNCIAS, SIGNIFICADOS E CONCEITOS PARA SEUS FREQUENTADORES	
Luiz Guilherme Bergamo	
Cinthia Lopes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250322</b>	
<b>CAPÍTULO 23.....</b>	<b>214</b>
AMBIENTALIZAÇÃO EM ESPAÇOS FORMAIS DE APRENDIZAGEM – POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EFICAZ	
Edicarlo Ferreira	
Rita de Cássia Frenedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250323</b>	
<b>CAPÍTULO 24.....</b>	<b>226</b>
A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO TÉCNICO FRENTE À SUA FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA ASSISTIVA E A AGENDA 2030	
Andrea Ribeiro Ramos	
Roberto Kanaane	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250324</b>	
<b>CAPÍTULO 25.....</b>	<b>236</b>
A ESCOLARIZAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI	
Zenilda Nicácio da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.30121250325</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR.....</b>	<b>241</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>242</b>

# CAPÍTULO 3

## A QUESTÃO DA ALFABETIZAÇÃO E DO ALFABETISMO NO BRASIL ATUAL: CONCEITO, AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Data de aceite: 22/03/2021*

**Jaklane Nunes Rabelo**

Universidade Interamericana do Paraguai  
Assunção/PY  
Professora Municipal em Xique  
Xique-Bahia  
<https://orcid.org/0000-0002-3288-6737>

Esse artigo traz parte das discussões que constitui o primeiro capítulo da tese de doutorado intitulada “O Programa Novo Mais Educação como instrumento para a gestão escolar minimizar a problemática do baixo nível de alfabetismo nos anos finais do Ensino fundamental: uma análise crítica da realidade educativa do município de Xique-Xique Bahia/Brasil”, que será apresentada à Universidade Interamericana-PY em junho de 2021.

**RESUMO:** O presente artigo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica que compõe parte das discussões de uma tese de doutorado cujo tema é Políticas Públicas Educacionais e Alfabetização. Por isso, por meio dele, propõe-se refletir sobre a questão da alfabetização e do alfabetismo no Brasil, discutindo aspectos conceituais e analisando o posicionamento do Estado e da sociedade frente à problemática do baixo nível de alfabetismo e à necessidade de implementar políticas educacionais mais eficientes e inclusivas que sejam capazes de reverter tal realidade e, com isso, promover a equidade de oportunidades educativas e sociais no país. Assim sendo, valendo-se de diferentes materiais teóricos e análise documental minuciosa, o presente artigo teria como objetivo principal compreender como

vem sendo entendida, tratada e conduzida a questão da baixa qualidade dos processos de alfabetização e letramento na escola pública, avaliando se as políticas públicas educacionais desenvolvidas nas últimas décadas teria, ou não, sido relevantes para garantir a transformar positiva dessa realidade educativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Educacionais. Alfabetização. Alfabetismo. Educação Pública.

### THE ISSUE OF LITERACY IN CURRENT BRAZIL: CONCEPT, ASSESSMENT AND PUBLIC POLICIES

**ABSTRACT:** This article is the result of a bibliographic research composing part of the discussions of a doctoral thesis whose subject is Educational Public Policies and Literacy. Therefore, through this work it is proposed to reflect about literacy in Brazil, discussing conceptual aspects and analyzing the position of the state and society against the problematic of low literacy and the need to implement more efficient and inclusive educational policies, able to reverse this reality and, thereby, promote the equity of educational and social opportunities in the country. Hence, making use of different theoretical material and thorough documental analysis, this article have as main goal to comprehend how has been understood, treated and conducted the issue of low quality of literacy procedures in public school, assessing if the educational public policies developed in the last decades would, or would not, have been relevant to ensure to positively change this educational reality.

**KEYWORDS:** Educational Policies. Literacy.

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a questão da alfabetização tem sido bastante debatida e discutida no cenário político e social brasileiro. Em nenhuma outra época, a necessidade de ampliar o acesso à educação e a alfabetização foi tão exaltada como agora, por isso, governos e sociedade têm-se mobilizado para reformular ou implantar políticas educacionais que visam facilitar a universalização do atendimento escolar e promover educação pública de melhor qualidade, como estratégia para enfrentar o analfabetismo absoluto e garantir níveis de qualificação profissional mais elevados para as novas gerações. Entretanto, apesar dos aparentes esforços em garantir a universalização desse atendimento, inúmeras pesquisas nacionais e internacionais tem revelando que, embora o país tenha ampliado um pouco mais os investimentos em educação, o analfabetismo absoluto ainda continua sendo uma realidade político-social preocupante e a qualidade da alfabetização e do letramento oferecido nas escolas públicas pouco tem melhorado. Uma situação político-educativa que precisa ser melhor entendida, tratada e superada para que o país possa promover a equidades de oportunidades e a justiça social.

Assim sendo, diante desse paradoxo, o presente artigo, valendo-se de uma pesquisa bibliográfica, emerge como mais uma possibilidade de aprofundar, um pouco mais, os conhecimentos acerca da questão da alfabetização e do analfabetismo no Brasil atual, na tentativa de compreender como o Estado, a sociedade e a escola têm se posicionado diante da problemática do baixo nível de alfabetismo dentro da escola pública e ante o desafio de elevar a qualidade do educação no país. Portanto, o artigo justifica-se pela necessidade acadêmica e social de ampliar o entendimento sobre essa conjuntura educacional que, apesar de há anos sendo alvo de debates e discussões, ainda hoje, configura-se como entrave para o processo de construção da qualidade da educativa e, conseqüentemente, para o progresso político-econômico do país.

## DESENVOLVIMENTO

A alfabetização é o processo inicial de apropriação do sistema linguístico e matemático que representa a base estrutural para a evolução educativa e a construção da qualificação profissional. Por isso, garantir a qualidade desse relevante processo educativo torna-se essencial para assegurar uma formação escolar adequada, capaz de promover a evolução intelectual dos sujeitos-aprendizes, tornando-os mais preparados para exercerem com dignidade sua cidadania e contribuir de modo mais consciente, no processo de desenvolvimento político-social e econômico do país. À vista disso, ampliar as possibilidades de acesso a alfabetização, torna-se um ato político-educativo indispensável

para oferecer a todos os brasileiros – especialmente os mais pobres – a oportunidade de crescerem intelectualmente e tornarem-se cidadãos mais capacitados para participarem e atuarem, de modo consciente, do processo de transformação social.

A alfabetização, por décadas, foi vista como um importante instrumento político-educativo para promover a qualificação profissional e, com isso, fortalecer os interesses político-econômicos, no entanto, essa perspectiva capitalista, restringia a relevância desse processo educativo, menosprezando o fato de que o acesso a alfabetização também permitiria a ampliação da capacidade intelectual para além da instrução, garantindo ao sujeitos em formação a possibilidade de desenvolvimento pessoal e coletivo, contribuindo para torná-lo mais sensível e solidários diante do outro e do mundo e, sobretudo, mais consciente do seu papel político-social como agente de transformação. A alfabetização, segundo Freire (1987) garante autonomia e poder ao sujeito-aprendiz. Assim, ao ser alfabetizado o homem conquista a oportunidade de ampliar não somente o conhecimento sobre as letras e números, como também o poder de, através da decodificação e codificação desses signos e códigos, construir e apreender novos conhecimentos que o ajude a se distanciar do mundo vivido para conhecer e refletir sobre novos (as) mundos/realidades, problematizando-os (as) e decodificando-os (as) criticamente. E é, nesse mesmo movimento de consciência, que “o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo e de sua experiência” (FREIRE, 1987, p. 08).

As constantes mudanças sociais e culturais, ao longo do tempo, trouxeram novas concepções acerca do sentido da alfabetização e do letramento e sua relevância pedagógica e político-social. Com isso, o termo alfabetização passou a ser entendido como processo de contínua construção que inicia-se a partir da apropriação dos conhecimentos linguísticos e matemáticos, associado ao processo de letramento, e aprimora-se ao longo do processo de escolarização, ampliando a percepção de mundo dos sujeitos aprendizes. Já o termo letramento passa a ser entendido como contínuo processo de identificação e compreensão do uso sociocultural desses conhecimentos linguísticos e matemáticos adquiridos. Ambos concebidos como processos contínuos e socialmente geridos, que quando associados, podem garantir a elevação dos seus níveis de alfabetismo dos sujeitos-aprendizes em qualquer etapa da escolarização (MACHADO, 1990; SOARES, 2003; ALBUQUERQUE *et al*, 2007).

Para o INAF, o termo alfabetismo significa

A capacidade de compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, um contínuo que abrange desde o simples reconhecimento de elementos da linguagem escrita e dos números até operações cognitivas mais complexas, que envolvem a integração de informações textuais e dessas com os conhecimentos e as visões de mundo aportados pelo leitor (AÇÃO EDUCATIVA – INAF, 2005, p. 04).

Nesse sentido, a alfabetização e o letramento são entendidos como processos

contínuos, que embora sejam distintos, deveriam ser executados de modo indissociável (SOARES, 2003), para que, juntos, potencializem o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos em formação, garantindo uma aprendizagem mais efetiva e significativa dentro e fora do contexto escolar (SOARES, 2003; ALBURQUERQUE *et al*, 2007). E, foi tomando como base essa nova perspectiva de alfabetização/letramento que, nas últimas décadas, o Estado, pressionado pela sociedade, tem procurado entender que se faz necessário promover ações políticas que ajudem as instituições escolares a melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, principalmente, no sistema público de ensino, afim de garantir a elevação dos níveis de alfabetismo dos estudantes como caminho para construir novos rumos para educação pública brasileira.

De acordo com o Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF - 2005), os sujeitos apresentam diferentes níveis de alfabetismo, sendo esses níveis definidos da seguinte maneira: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente. Esses níveis podem ser analisados separadamente ou de maneira conjunta, quando formam duas categorias: os analfabetos funcionais (analfabetos e rudimentar) e o dos funcionalmente alfabetizados (elementar, intermediário e proficiente). Os analfabetos funcionais seriam os sujeitos que apresentam competências mínimas para ler, contar e calcular. Enquanto que os funcionalmente alfabetizados seriam os sujeitos que apresentam níveis de conhecimento mais complexo, que os permitem ler, escrever ou resolver operações matemáticas mais complicadas, ou seja, ter competências e as habilidades necessárias para funcionar com eficiência em uma sociedade complexa e tecnológica (AÇÃO EDUCATIVA-INAF, 2005). Dessa maneira, seria fundamental que o Estado pudesse criar políticas educacionais que garantisse a todos os estudantes o direito de ter acesso a alfabetização/letramento de qualidade para que, com isso, pudessem evoluir adequadamente em seu processo educativo, alcançando o nível mais alto de alfabetismo: o nível proficiente.

As pesquisas do INAF retratam os níveis de alfabetismo da população adulta (dos 15 aos 64 anos), no entanto, trazem informações bastante pertinentes para refletir e questionar sobre a questão da alfabetização e do alfabetismo, também, nas etapas iniciais da escolarização. Seus resultados, quando bem analisados, sinalizam para a necessidade de se rever a maneira como vem sendo efetivado e oferecido o processo de alfabetização/letramento no país. Segundo o Inaf (AÇÃO EDUCATIVA – INAF, 2018, p. 10), a escolarização é “o principal fator explicativo da condição de alfabetismo”, dessa maneira, se esse processo de escolarização for falho ou ineficiente, conseqüentemente, os sujeitos-aprendizes inserido nesse processo sairão dele apresentando baixos níveis de alfabetismo que leva ao déficit de aprendizagem.

Frente a essa realidade, o Estado, em parceria com diferentes entidades sociais, propôs monitorar o processo de ensino-aprendizagem, afim de verificar os níveis de alfabetismo dos estudantes em diferentes etapas da escolarização. Para tanto, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que revelou, por meio dos

resultados obtidos, que, embora houvesse um amplo acesso ao processo de alfabetização, uma parte significativa das crianças e jovens inseridos no sistema público de ensino, apesar das iniciativas políticas e educativas que vem sendo desenvolvidas, nas últimas décadas, apresentam níveis de alfabetismo abaixo do esperado, o que provavelmente estaria promovendo a ampliação da desigualdade educativa e comprometendo o avanço do Índice de desenvolvimento da qualidade da Educação Básica (IDEB) no país (ALMEIDA *et al*, 2013). A partir dessa constatação, buscou-se novas estratégias políticas e educativas para tentar elevar a qualidade dos processos de alfabetização e letramento e, com isso, garantir melhores resultados no IDEB, o que seria essencial para recuperar a confiança da entidades sociais e principalmente das entidades financiadoras internacionais, que exigem do Estado um maior comprometimento para garantir que haja a elevação dos indicadores de qualidade da educação Básica.

Nesse processo de mobilização em prol da qualidade educativa, a qualidade da alfabetização infantil tornar-se-ia prioridade, ganhando novos contornos – especialmente, “no que diz respeito a uma estrutura contínua de ações, pelo menos em termos legais” (VEIGA e REBOUÇAS, 2018, p. 143) –, o que possibilitou estabelecer importantes modificações no sistema público de ensino, alterando gradualmente as concepções políticas e pedagógicas frente ao processo de ensino-aprendizagem e, por conseguinte, inaugurando novas formas de ensinar, de aprender e de avaliar dentro da escola pública. Ações político-educativas que tinham como foco principal o garantir a aprendizagem significativa e o respeito a singularidade do desenvolvimento humano e social (BEAUCHAMP *et al*, 2007). E essas transformações fomentaram uma reestruturação da legislação educacional, exigindo uma reorganização do sistema de ensino, incluindo, dentre outras coisas, a revisão do currículo e do tempo escolar, o que foi fundamental para instituir o Ensino Fundamental de Nove Anos – determinando um período específico para a conclusão do processo de alfabetização inicial: o Ciclo da alfabetização – e a indução da educação de tempo integral no país.

Com a instituição do Ensino Fundamental de Nove Anos, o Estado buscou ampliar o tempo escolar de oito para nove anos de duração, com o objetivo de possibilitar “a qualificação do ensino e da aprendizagem na alfabetização” alinhando-o com o processo de letramento. A finalidade dessa medida seria o de “oferecer maiores oportunidades de aprendizagem em um período maior de escolarização obrigatória (a partir do 6 anos), assegurando que crianças, “ingressando mais cedo no sistema de ensino”, pudesse ter mais chances de prosseguirem “nos estudos alcançando maior nível de escolaridade” (BEAUCHAMP *et al*, 2007, p. 07). Fato que, posteriormente, fomentaria as discussões teóricas que fundamentaram as normativas do Pacto nacional de alfabetização na idade certa (PNAIC) – um compromisso assumido, no ano de 2012, pelo Governos Federal, Estadual e Municipal que, em 2017, “passaria a compor uma política educacional sistêmica que parte de uma perspectiva ampliada de alfabetização”, priorizando a Alfabetização na Idade Certa, como meio para a melhoria da aprendizagem: uma recomendação já prevista

no Plano Nacional de Educação (PNE – 2014).

A proposta do PNAIC (2017) parte do princípio que a incumbência com a alfabetização/letramento dever ser partilhada por todos que compõe a comunidade escolar, por isso, uma das suas bandeira é a formação continuada para todos os profissionais da educação. O objetivo desse Programa é melhorar o processo de ensino e de aprendizagem e conduzir a comunidade escolar a compreensão de “que alfabetizar com qualidade é um compromisso de uma gestão democrática e uma atitude de respeito à equidade, à inclusão e à igualdade de oportunidades (PNAIC, 2017, p. 05). Paralela as ações do PNAIC, outras medidas foram intensificadas para garantir o monitoramento e a avaliação da educação básica no país e em todas elas o foco principal seria verificar os níveis de alfabetismo dos estudantes, principalmente nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática (VIEGAS e REBOUÇAS, 2018, p. 143).

Entretanto, o contínuo monitoramento e avaliação da realidade educativa no país continuava mostrando que, apesar dos avanços alcançados, o sistema público de ensino permanecia falho e ineficiente, revelando que ainda havia vestígios de um processo histórico de omissões e descaso do Estado e da sociedade com a educação pública e com o “público” a que ele se destinava: a classes menos favorecidas (FREIRE, 1987; GROSSI, 2000). Mas, com as mudanças de concepções sobre o valor político-social da alfabetização e da educação, esse posicionamento do Estado e da sociedade não é mais aceito. No mundo atual, exigia-se que houvesse esforços conjuntos para se garantir a equidade de oportunidades educativas. Uma oportunidade necessárias para que os sujeitos em formação pudessem transformar sua vida intelectual e social. E a alfabetização e o letramento de qualidade poderiam ser considerados importantes ferramentas nesse processo de garantia de direitos educativos e sociais. E tem sido com essa nova perspectiva de educação que, nos últimos tempos, tem-se buscado garantir a elaboração ou reformulação das políticas públicas educacionais que visam a melhoria do processo de ensino-aprendizagem no Brasil.

Nas últimas décadas, o processo de ensino-aprendizagem no Ciclo da alfabetização e a necessidade de elevação dos níveis de alfabetismo dos estudantes nas etapas subsequentes (dentro da escola pública) tornaram-se uma das principais preocupações para os governos, a escola e a sociedade civil. Por isso, a cada ano, observa-se novas iniciativas sendo implantadas ou reformuladas. Prova disso foi que, orientadas pelas Leis das Diretrizes e Bases (LDB), surgiram iniciativas importantes como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Políticas que revelam que, aparentemente, o Estado estaria se esforçado para repensar a qualidade da educação pública, tendo foco as questões da alfabetização e do alfabetismo como meio para resolver a questão da baixa qualidade educativa do país (BORDIGNON e PAIM, 2015).

Com esses Planos foi possível determina novas diretrizes para a educação que possibilitaram o aumentar de financiamento de recursos para a educação pública,



na tentativa de corrigir uma dívida histórica que ainda causa enormes prejuízos para a sociedade brasileira: a educação como direito social. Atitude que ganhou materialidade com a Lei nº 11494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Uma iniciativa que busca reparar a qualidade educativa, tentando investir na formação e capacitação de docentes e gestores escolares e na melhoria das condições de trabalho, como estratégia para elevar a qualidade do ensino-aprendizagem, principalmente, na Educação Básica, ou seja, era uma iniciativa que busca fornecer subsídios financeiros para beneficiar o processo de ensino e melhorar a infraestrutura e as condições de trabalho dentro dos estabelecimentos públicos de ensino. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019).

A partir dos recursos disponibilizado pelo FUNDEB foi possível aperfeiçoar ou implantar propostas de alfabetização para crianças, jovens e adultos. Dentre as quais vale destacar: Programa Brasil Alfabetizado (PBA), Pacto Nacional pela Alfabetização da Idade Certa – PNAIC, Programa mais educação e Novo Mais Educação, Programa mais alfabetização entre outros. Iniciativas que surgiram como respostas à necessidade do cumprimento do que está previsto na Constituição Federal, na LDB e, por fim, no PNE (Lei nº 10.172/2001). Um Plano que sugere 20 (vinte) metas a serem cumpridas, tendo como objetivo principal promover “à universalização da alfabetização e à ampliação da escolaridade e das oportunidades educacionais” como garantia para uma educação de qualidade. O PNE prever que em “regime de cooperação” os governos ampliem as possibilidades de atendimento escolar, assegurado a cada cidadão, em qualquer ponto do território nacional, o direito de alfabetizar-se, letrar-se e desenvolver-se intelectualmente, tendo a oportunidade de usufruir de uma educação pública que fosse inclusiva e de qualidade, capaz de respeitar diferenças individuais e contribuir para uma formação integral do sujeito-aprendiz (PNE, 2014).

Na meta 05 (cinco), o PNE prever a necessidade de “alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade”, pois, acredita-se que a “raiz do fenômeno do analfabetismo funcional” esteja nas séries/anos iniciais. Para tanto, ressalta a necessidade de promover a reestruturação do processo de ensino aprendizagem, tendo como foco “a valorização e a formação de professores alfabetizadores e o apoio pedagógico específico” (BRASIL – PNE, 2014, p. 26). Já na meta 09 (nove), o PNE propunha “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015”, erradicando, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzindo em “50% a taxa de analfabetismo funcional” (BRASIL – PNE, 2014, p. 35). Nessa meta, o foco é garantir a oferta gratuita da educação de jovens e adultos (EJA) a todos os que não tiveram a oportunidade de na idade própria ter acesso à educação básica, ou mesmo permanecer nela e dar continuidade a seus estudos. Nela, a intenção explícita seria a de superar o analfabetismo e elevar o nível de alfabetismo, “concebendo a educação como direito e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a

vida” (BRASIL – PNE, 2014, p. 35).

Com o desígnio de alcançar essas metas propostas, o Estado partilhar responsabilidades, no momento de elaborar, gerenciar e monitorar projetos e programas que, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação, possam garantir o mínimo possível de qualidade a Educação Básica, de modo a ampliar as oportunidades educacional dentro do país. E foi com esse propósito que retomou a ideia do regime de colaboração para estabelecer as políticas de financiamento para educação. Ação que segundo Cruz (2012) torna-se importante, pois,

As políticas federais de financiamento da educação básica são necessárias para enfrentar as consequências das disparidades socioeconômicas presentes no Brasil, as quais resultam em desigualdade na capacidade tributária dos entes federados. A referida desigualdade impõe dificuldades para a oferta educacional com parâmetros de qualidade, demandando da União o exercício da função supletiva e redistributiva em relação a estados e municípios, com vistas à equalização das oportunidades educacionais na oferta da educação básica nas diferentes regiões do país (CRUZ, 2012, p. 02).

A proposta do PNE tem fortalecido no campo da educação o senso sobre a necessidade de compartilhar responsabilidades no processo de construção da qualidade educativa. Um pensamento que tem ajudado a ampliar os espaços para a participação social, dentro do contexto educacional, enriquecendo as discussões no momento de elaborar, implantar, executar e fiscalizar projetos ou programas que visem melhorar, especialmente, o processo de alfabetização e elevar os níveis de alfabetismo dos estudantes nas diferentes etapas de ensino da Educação Básica (SOUZA, 2014). A partir dessa parceria entre os governos e a sociedades, inúmeros projetos/programas vem sendo implantados e desenvolvidos, muitos deles têm oferecido, até mesmo, compensações para que o estudante possa usufruir do processo de escolarização, suprimindo necessidades pessoais que vão além das educacionais, tendo as condições favoráveis para permanecer e continuar no sistema de ensino.

Com esses programas educativos de compensação, busca-se dar aos estudantes a oportunidade de serem assistidos não somente nas dificuldades inerentes ao processo educativo, como em outras como a falta de alimentação, de transporte escolar, de lazer e esporte, de arte, de materiais didático, de apoio pedagógico, etc. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2019). Necessidades que, quando não supridas, podem causar danos irreversíveis ao desenvolvimento intelectual e socioemocional do aprendiz, comprometendo diretamente o processo de ensino-aprendizagem e, sobretudo, a possibilidade de permanência na escola. Através desses programas, esperava-se melhorar a qualidade da alfabetização e tentar resolver a questão da desigualdade educativa e, com isso, acelerar o processo de construção da qualidade da educação públicas no país. Todavia, até o momento, percebe-se que muitas dessas iniciativas político-educativas implantadas, embora, de modo geral

traga consigo um “aparente desejo de transformar”, em muitos casos, não tem sido capaz de demonstrar eficácia dentro do contexto educativo, a ponto de mitigar a problemática do analfabetismo absoluto ou reduzir os prejuízos educativos decorrente do analfabetismo funcional nas diferentes etapas do Ensino Fundamental. Situação que, possivelmente, tem colaborado para, até o momento, estagnar a proposta de construção da qualidade educativa expressa no documento do PNE (2014) e em tantos outros projetos políticos.

Como consequência desse processo de estagnação das propostas políticas, uma parcela considerável de estudantes tem sido prejudicado em seu desenvolvimento educativo. Prova disso é que os resultados obtidos por meio das avaliações em larga escala tem revelado que a maioria dos estudantes da escola pública, mesmo tendo acesso a projetos/ou programas de assistência, parecem não estar conseguindo aprender direito na escola, a ponto de consolidar as competências e as habilidade essenciais para o domínio da leitura, da escrita e do processamento do pensamento lógico matemático. Aprendizagem tão necessária para que o educando possa ter êxito em sua vida estudantil e profissional (BRASIL – PISA, 2015). A análise apurada dos resultados das avaliações em larga escala mostra que muitos desses estudantes – sujeitos, normalmente, pertencentes as camadas sociais menos favorecidas –, mesmo alcançando as etapas finais do ensino Fundamental, não apresentam o nível de alfabetismo adequado para estarem naquela série/ano que foram avaliados, o que significa que os mesmos não estão aptos para corresponderem as exigências de um processo de ensino-aprendizagem que, a cada nova etapa, requer o desenvolvimento de novas competências e habilidades de leitura, escrita e de matemática mais complexas, para que os sujeitos em formação, possam avançar intelectualmente, adquirindo e construindo conhecimentos essenciais para evoluírem como pessoa humana e agentes e transformações sociais.

O PNE e o PDE são importantes políticas educacionais que tem fomentado o surgimento de inúmeras iniciativas político-educativas direcionadas ao combater ao analfabetismo e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Iniciativas que buscam melhorar a qualidade da alfabetização/letramento e elevar os níveis de alfabetismo no país. Contudo, nem sempre, essas iniciativas implantadas tem conseguido alcançar sucesso nesse propósito. E essa realidade é bastante preocupante, pois, mostra que embora haja um discurso nacional e, até um movimento, em prol da educação de qualidade, na prática, algo de errado vem acontecendo para que as manobras políticas e educativas desenvolvidas não consigam demonstrar a eficácia esperada, a ponto de garantir que o sistema público de ensino, torne-se mais inclusivo e eficiente. E essa realidade pode levar a percepção de que tais iniciativas político-educativas implantadas e executadas não estão sendo capazes de promover adequadamente o reconhecimento das diferenças individuais e a igualdade de oportunidade educacionais, sobre a qual as singularidades sejam respeitadas, de modo a oferecer as classes mais carentes as condições essenciais para compensar as perdas e prejuízos decorrentes de um logo e injusto processo histórico, em que a omissão

política e o descaso com as questões social, por décadas, contribuíram para disseminar o analfabetismo como estratégia para impedir o acesso dos menos favorecidos aos saberes e conhecimentos socialmente prestigiados. (GROSSI, 2000; GADOTTI, 2012).

Um contexto histórico que pode ser entendido como resultado de um projeto de poder, baseado em princípios ideológico neoliberais, que, por séculos, tem buscado utilizar a falta de conhecimento – advinda do analfabetismo ou do baixo nível de alfabetismo da população – como instrumento para imprimir mais facilmente os princípios e valores da ideologia dominante (meritocracia, individualismo, competitividade, superioridade de saberes, etc.), no sentido de internalizar nas camadas populares a ideia de que os problemas sociais e educativos relacionados do analfabetismo e ao fracasso da educação pública são frutos exclusivos da sua falta de interesse pelos estudos, ou mesmo, da sua incapacidade de aprender e render na escola ( GROSSE, 2000). Uma concepção errônea que, ainda hoje, tem sido disseminada por alguns setores para justificar a reação omissa do Estado e da sociedade frente a problemática dos baixos níveis de alfabetismo na escola pública, o que, possivelmente, tem contribuído para enfraquecer a luta social a favor de educação pública inclusiva e de qualidade e, com isso, aumentar a marginalização intelectual que teria como principal objetivo conservar as relações de poder já existentes.

Frente a essa realidade, constatou-se que, em diversos momentos, mesmo tentando se esforçado para acertar, o Estado, em algum momento, talvez, tenha cometido falhas e equívocos durante o processo de elaboração e execução das políticas públicas educacionais que visam o enfrentamento do analfabetismo e do baixo alfabetismo. E, devido a isso, terminou contribuindo para fomentar a estagnação das propostas políticas implantadas, promovendo o “estrangulamento” do sistema público de ensino, tornando-o mais ineficiente. Fato que contribuiu para atrapalhar a vida de quem mais precisa, mas, que devido a isso, não consegue aprender adequadamente: os menos favorecidos. Essa situação tem gerado obstáculos visíveis e invisíveis que estão inviabilizando o processo de elevação dos níveis de alfabetismo e a construção de uma educação pública de qualidade no país, dificultado, cada vez mais, o progresso intelectual dos mais pobres e, com isso, conservando as desigualdades social.

Portanto, entende-se que a problemática do baixo nível de alfabetismo dos estudantes da escola pública expressa a deficiência do Estado e do sistema público de ensino de garantir educação de qualidade para as camadas populares e promover equidade de direitos no acesso ao conhecimento socialmente produzido. Sua persistência descaracteriza o discurso político de garantia da promoção da equidade de oportunidades educacionais, revelando que, na prática, as iniciativas políticas e educativas voltadas a melhoria da qualidade da alfabetização e do letramento desenvolvidas talvez não tenha sido tão bem pensadas ou mesmo suficientes para alcançar o propósito de garantir ensino-aprendizagem de qualidade, a ponto de garantir a todos os estudantes – principalmente, daqueles que mais necessitam do sistema público de ensino para aprenderem: as crianças

e adolescentes oriundo das camadas populares – o direito de elevar seus níveis de alfabetismo para aprender significativamente e conquistar de forma digna sua cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tentar resolver a questão da baixa qualidade da educação pública no país, o Estado e a sociedade precisam compreender que é válido rever cuidadosamente as propostas de políticas educacionais direcionadas a melhoria da qualidade dos processos de alfabetização e letramento em diferentes etapas da Educação Básica, colocando-as como prioridades. E isso significa dizer que se faz necessário ampliar ainda mais os esforços políticos e sociais para dar o tratamento adequado às essas políticas educacionais que visam promover a melhoria da qualidade do processos de ensino-aprendizagem e garantir a ampliação das oportunidade educacionais, principalmente, dentro da escola pública, pois assim, tornar-se-ia mais fácil construir bases sólidas para edificar uma educação pública de qualidade e inclusiva, capaz de contribuir na formação de cidadãos mais preparados para consolidar as transformações sociais necessárias para promover a equidade de direitos e a justiça sociais.

A baixa qualidade da alfabetização/letramento é uma realidade político-educativa complexa, que envolver diferentes perspectivas ideológicas e interesses nem sempre explícitos. Por isso, precisa ser melhor investigada e analisada para ser compreendida em sua complexidade e, a partir disso, poder ser tratada e revertida, de modo a mitigar os prejuízos históricos que tem causado nos contextos educativo e social. Para isso, faz-se necessário que se continue buscando aprofundar os conhecimentos sobre o processo pelo qual são regulamentadas e formalizadas as políticas educacionais de alfabetização/letramento, que visam melhorar o processo de ensino-aprendizagem e elevar os níveis de alfabetismo dentro da escola pública, haja vista, que a ineficiência de muitas dessas políticas tem contribuído para favorecer o crescimento do índice de analfabetismo funcional escolarizado e, assim, alargar ainda mais a desigualdade de oportunidades educativas e sociais.

Desse modo sugere-se que haja a implantação de políticas educacionais mais direcionadas, que possa ir além da finalidade de monitorar e aferir desempenhos educativos dos estudantes, pois, para solucionar a questão da baixa qualidade da alfabetização e letramento, não basta apenas criar mecanismos pra avaliar e diagnosticar, é preciso ter boa vontade política e social para intervir devidamente nessa realidade avaliada e diagnosticada, sabendo utilizar as informações obtidas através desse monitoramento, para subsidiar, quando necessário, na elaboração ou reformulação de propostas políticas educativas que sejam mais eficientes e capazes de oferecer as condições necessárias para que todos os sujeitos-aprendizes inseridos na escola pública possam ter o direito de alfabetizar-se e letrar-se no tempo correto, e assim, poderem evoluir em seu processo

educativo.

Portanto, acredita-se que o presente artigo, ao buscar refletir e discutir sobre a questão da alfabetização e do alfabetismo no Brasil tendo como foco o posicionamento do Estado frente a problemática da baixo nível de alfabetismo na escola pública – pode cumprir sua função social de revelar alguns aspectos dessa realidade político-educativa nem sempre compreendidos e, com isso, pode alertar a sociedade política e civil, especialmente aos que se interessam pela educação, sobre a necessidade de se rever o processo pelo qual vem se constituído e se executando as políticas públicas educacionais que visam garantir a elevação da qualidade da alfabetização/letramento dentro do país.

## REFERÊNCIAS

- AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. 5º Indicador de analfabetismo funcional: um diagnóstico para a inclusão social pela educação - avaliação de Leitura e Escrita. São Paulo: Ação Educa. 2005. Disponível em: [acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2016/10/inafresultados2005.pdf](http://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2016/10/inafresultados2005.pdf). Acesso 25 de Março de 2019
- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de: Conceituando alfabetização de Letramento. In SANTOS, Carmi Ferraz e MENDONÇA Márcia. Alfabetização e letramento: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autentica, 2007.
- ALMEIDA, Luana Costa; DALBEM, Adilson; FREITAS, Luiz Carlos de. O IDEB: Limites e Ilusões de uma política educacional. Educação e sociedade. v. 34, nº 125, p 1153-1174, out/dez: 2013. Disponível em: [www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br). Acesso: 20 de maio de 2019.
- BORDIGNON, Lorita Helena Campanholo e PAIM, Marilane Maria Wolff. História e políticas públicas de alfabetização e letramento no Brasil: breves apontamentos com enfoque para o plano nacional de educação. Momento, v. 24 n. 1, p. 89-117, jan./jun. 2015 ISSN 0102-2717. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/download/5038/3745>. Acesso:13 de Fevereiro de 2019.
- BEAUCHAMP, Jeanete, PAGEL, Sandra Denise, NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / organização – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.
- \_\_\_\_\_. Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa: documento orientador. PNAIC em Ação 2017. Disponíveis em: <http://pacto.mec.gov.br/index.php>. Acesso: 26 de Março de 2019.
- CRUZ, Rosana Evangelista da. Os recursos federais para o financiamento da educação básica. Revista de financiamento da educação: Fineduca. vol. 2, n. 7. 2012. ISSN: 2236-5907. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/fineduca/article/viewFile/51383/31837>. Acesso: 11 de Março de 2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido, ed. 17. Rio de Janeiro; Paz e Terra. 1987.
- GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 16 ed. São Paulo; Cortez, 2012.]
- GROSSI, Esther. A coragem de mudar em educação. Petrópoles: Editora Vozes. 2000.

MACHADO, Nilson José. Matemática e Língua Materna: análise de uma impregnação mútua. São Paulo: Cortez, 1990.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>. Acesso: 21 de Fevereiro de 2019.

SOUZA, Vilma Aparecida de Souza. O plano de Metas todos pela educação; desdobramentos na gestão educacional local e no trabalho docente. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação. Minas Gerais. UFU. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13705/1/PlanoMetasCompromisso.pdf>. Acesso agosto de 2019.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Perguntas e Respostas: O que é e o que faz o FNDE? 2011. Disponível em: < <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/19951/perguntas-e-respostas-o-que-e-e-o-que-faz-o-fnde>>. Acesso 20 de Julho de 2019.

VEIGA Elis Regina dos Santos e REBOUÇAS, Virgínia Margarida. As políticas de alfabetização no Brasil no contexto do ensino Fundamental: aspectos normativo-legais. Laplage em Revista. Vol. 4, n.2, Maio - Agosto, 2018, p. 142- 152. ISSN: 24466220. Disponível em: [www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/480](http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/480). Acesso 27 de Fevereiro de 2019.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acessibilidade 71, 72, 75, 76, 78, 79, 104, 111, 112, 120, 190, 191

Acesso 8, 9, 10, 11, 12, 13, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 50, 53, 68, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 91, 92, 100, 101, 103, 107, 109, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 122, 128, 144, 147, 148, 151, 152, 161, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 177, 188, 189, 194, 195, 202, 203, 213, 219, 223, 224, 233, 234, 238

Adolescência 140, 171, 172, 176

Alfabetismo 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26

Alfabetização 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 121, 123, 124, 126, 127, 190, 191, 192, 193, 194, 223, 241

Ambientalização 214, 215, 216, 220, 221, 223, 224, 225

Atenção primária à saúde 132

Atividade remota 41

Atividades de lazer 204, 209

Autobiografia 28, 31, 33, 34

### B

Biologia 35, 36, 102, 107, 108, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 158, 222

BNCC 102, 103, 105, 109, 136, 142, 143, 148, 176, 177, 184, 224

### C

Ciências da natureza 102, 105, 109

Competências 18, 23, 32, 36, 42, 44, 51, 56, 58, 59, 60, 62, 88, 96, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 123, 126, 158, 192, 193, 194, 230, 232

Covid-19 90, 91, 99, 102, 103, 105, 107, 109, 110, 118, 124, 127, 132, 150, 151, 159, 196, 197, 219

Cultura 4, 5, 7, 9, 13, 28, 35, 39, 52, 54, 56, 62, 63, 87, 113, 119, 136, 139, 143, 147, 148, 172, 175, 176, 181, 182, 188, 189, 204, 205, 206, 207, 213, 216, 232, 233, 241

Currículo 19, 51, 52, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 94, 105, 143, 163, 164, 165, 184, 215, 216, 218, 221

### D

Deficiências 71, 75, 77, 182, 185, 186, 227, 234

Delinquência juvenil 80, 89

Diálogo 31, 34, 35, 41, 52, 54, 56, 72, 123, 130, 132, 133, 134, 140, 146, 147, 148, 149,

164, 165, 176, 179, 186, 206, 237

Docência 50, 94, 121, 126, 223, 241

## E

Educação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 42, 43, 50, 51, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 85, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 122, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 183, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 202, 203, 204, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241

Educação em direitos humanos 134, 135, 136, 145, 147, 148

Educação inclusiva 78, 113, 119, 178, 179, 184, 192, 194, 195, 227, 233

Educação popular em saúde 130

Educação profissional 226, 230, 234

Educação pública 3, 15, 16, 18, 20, 21, 24, 25

EJA 21, 51, 52, 55, 57, 60, 62, 63

Ensino 10, 11, 12, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 35, 38, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 57, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 76, 77, 79, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 164, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 202, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 231, 232, 233, 236, 237, 238, 239, 241

Ensino da dança 178, 179, 187

Ensino híbrido 102, 109, 197

Ensino médio 43, 47, 49, 77, 90, 91, 92, 94, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 111, 113, 115, 118, 120, 150

Ensino religioso 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Ensino remoto emergencial 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 109, 110, 150, 152, 153, 157, 158, 159

Ensino superior 10, 11, 12, 13, 38, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 75, 76, 77, 79, 121, 123, 130, 216, 241

Equidade 10, 15, 20, 24, 25, 91, 215

Escola 8, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 43, 44, 47, 49, 54, 56, 59, 60, 62, 63, 84, 85, 93, 94, 105, 113, 118, 121, 122, 124, 125, 135, 138, 143, 145, 149, 159, 160, 161, 162,

163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 196, 197, 199, 209, 210, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 229, 230, 232, 234, 236, 237, 238, 239, 240

Espaço formal 132, 214, 220, 222

Estado laico 134, 135, 138, 141, 143

Extensão 35, 67, 68, 121, 123, 126, 131, 190, 216, 219, 222, 223, 225, 241

## **F**

Formação continuada 20, 28, 29, 33, 34, 62, 67, 218, 226, 228, 230, 232, 233, 239

Formação docente 41, 43, 45, 46, 51, 55, 159, 216

## **I**

Ideologia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 24

Igualdade 10, 20, 23, 56, 134, 135, 141, 143, 145, 147, 169, 227, 238, 239

Inclusão 10, 11, 12, 13, 14, 20, 26, 54, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 111, 112, 113, 119, 120, 141, 143, 145, 146, 147, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238

## **K**

Kahoot 196, 198, 199, 201, 202

## **L**

Língua Inglesa 196

## **M**

Menor-infrator 80

Método fonovisuoarticulatório 190, 191, 192, 193, 194

## **P**

Pandemia 41, 42, 43, 46, 49, 50, 90, 91, 96, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 118, 124, 127, 128, 132, 150, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 196, 219, 223

Participação 22, 41, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 70, 72, 75, 94, 97, 102, 104, 109, 132, 141, 142, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 187, 198, 202, 209, 213, 217, 221, 224, 226, 228, 229, 232, 238

Pedagogia 26, 34, 55, 61, 62, 86, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 146, 148, 202, 219

Peer instruction 196, 198, 200, 201, 202

Pesquisa 1, 2, 10, 11, 13, 15, 16, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 42, 43, 50, 55, 57, 64, 65, 67, 68, 69, 74, 75, 81, 82, 83, 87, 89, 98, 104, 105, 109, 121, 125, 126, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 148, 154, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 168, 169, 170, 171, 178, 182,

183, 184, 186, 189, 190, 191, 193, 196, 199, 204, 205, 206, 207, 209, 211, 212, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 223, 224, 225, 226, 228, 230, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241

Pesquisa narrativa 28, 29, 30, 31, 32, 34

Política 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 24, 25, 26, 39, 58, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 78, 112, 113, 143, 144, 145, 164, 177, 191, 194, 204, 205, 212, 215, 238

Política pública 66, 68, 204, 205

Políticas educacionais 15, 16, 18, 23, 25, 64, 68, 136, 141, 215

Prática pedagógica 41, 43, 44, 45, 46, 99, 100, 126, 239

Práticas educativas em saúde 130, 132

Professores 21, 37, 41, 42, 45, 47, 48, 49, 50, 67, 70, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 109, 110, 113, 118, 121, 123, 124, 125, 127, 128, 130, 132, 133, 139, 140, 141, 142, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 166, 168, 169, 170, 176, 179, 187, 197, 205, 206, 209, 216, 218, 219, 221, 222, 224, 229, 231, 234, 235, 241

Profissão docente 42, 43, 90

Projeto político-pedagógico 160, 161, 163, 164, 170

## **S**

Saberes 24, 32, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 95, 100, 101, 123, 128, 148, 149, 174, 176, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 228, 234, 239

Segurança do trabalho 150, 153, 154, 156

Sistema socioeducativo 80

Suporte emergencial à vida 150, 156

Surdez 113, 119, 178, 182

Surdos 111, 112, 113, 114, 117, 118, 119, 120, 171, 172, 173, 174, 176, 179, 180, 181, 183, 184, 188, 189

## **T**

Tecnologia assistiva 12, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233

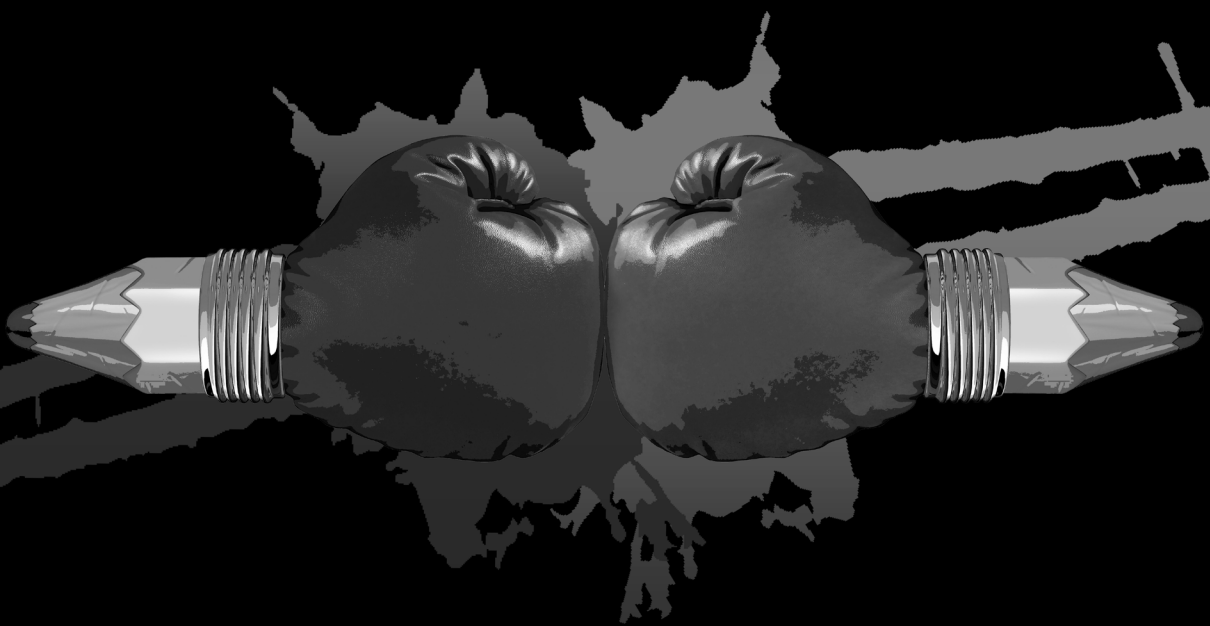
Tolerância religiosa 134, 135, 143, 146

Transtorno do espectro do autismo (TEA) 190, 191

## **W**

Webinários 102, 104, 105, 107, 108, 109

# O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 3

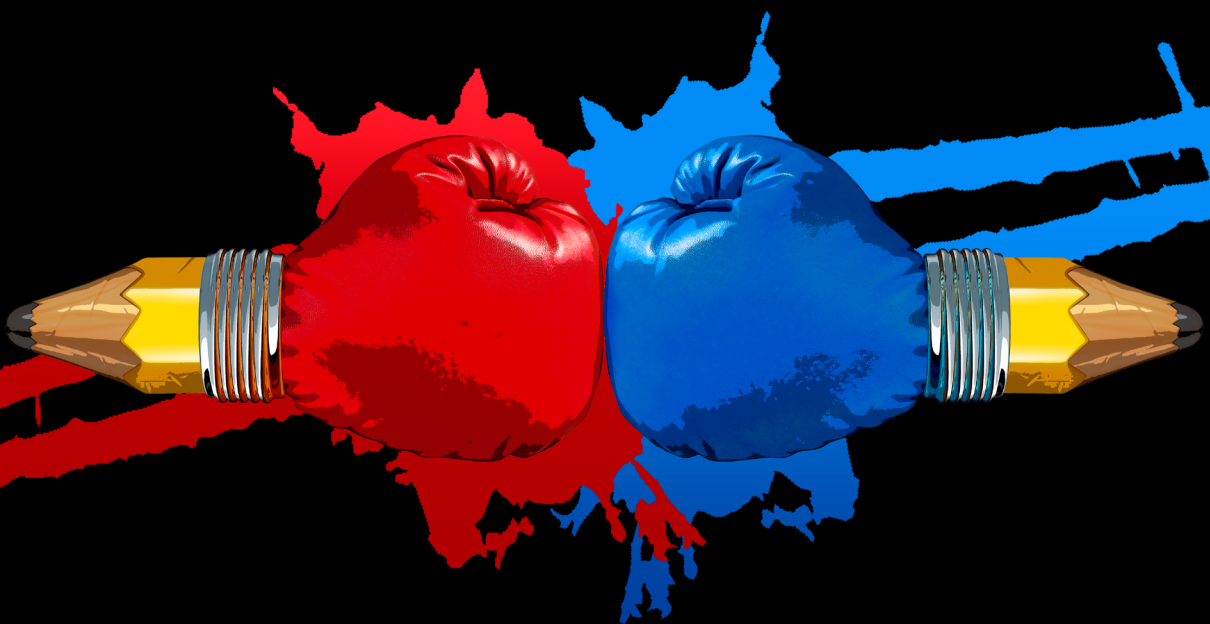


- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora

Ano 2021

# O CAMPO TEÓRICO-METODOLÓGICO- EPISTEMOLÓGICO DA EDUCAÇÃO NO FOMENTO DA QUESTÃO POLÍTICA DA ATUALIDADE 3



- 🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
- ✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
- 📷 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
- 📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

**Atena**  
Editora  
Ano 2021